

SEGREGAÇÃO URBANA E SEGREGAÇÃO INSTITUCIONAL: CIDADE E FAVELA

Aluno: Francicleo Castro Ramos
Orientador: Marcelo Burgos

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo esboçar a discussão realizada em torno da condição urbana, particularmente a do Rio de Janeiro, privilegiando algumas das bibliografias que tratam da questão. O ponto de partida é o projeto de pesquisa que visa estudar a relação entre escolas públicas e favelas, tendo por princípio geral pensar o contexto de sociabilidade do mundo urbano carioca na cultura dos direitos e da cidadania.

Objetivo

De modo mais específico, pretende-se discutir os diferentes aspectos relacionados a uma ordem urbana que estabelece uma relação distinta de socialização na cidade para aqueles que moram na favela. A partir disso, pretende-se contribuir para o debate sobre os efeitos desse modelo de organização urbana na vida escolar.

Metodologia

A pesquisa está organizada a partir de uma proposta metodológica dividida em duas partes: a primeira, voltada para o levantamento bibliográfico, e sistematização da leitura; e a segunda, para a realização de estudos de caso em escolas públicas que atendem moradores de favelas.

Conclusões

A probabilidade de confirmar a hipótese do conceito de “Cidade Escassa” [1], cidade que se torna objeto de disputa generalizada e violenta entre seus habitantes, é sustentada pela falta de competência do Estado para prover de bens de cidadania (Habitação, Saúde, Trabalho e Educação, etc) boa parte da população do Rio de Janeiro. Lembremos que a finalidade de tal competência é ampliar a possibilidade dos segmentos mais pobres se tornarem autônomos no processo da tomada de decisão, além de evitar as inúmeras redes de subordinação pessoal, muito presentes na base da sociedade brasileira, inclusive na do Rio de Janeiro.

Os primeiros passos deste projeto, assim, se referem ao esforço intelectual de pensar essa lógica perversa, que promoveu o alastramento das bases da igualdade de condições, sem a capacidade de evitar a promoção da violência na totalidade das metrópoles brasileiras, na medida em que, no decorrer do processo democrático as demandas acerca da reconstrução das instituições responsáveis pela ordem pública não foram levadas a cabo, ou melhor, “foram deixadas de lado” [2]. Nesse sentido, a dinâmica da segregação urbana atinge em cheio a configuração da cidade, desenhando um novo quadro de conflito social. Dessa maneira, ganha corpo o privatismo, o fechamento e o monitoramento do espaço físico e social, principalmente daqueles circunscritos na fronteira entre bairro e favela. Trata-se, na verdade, da veemência da ideia de que grupos sociais mais abastados devem viver em “enclaves fortificados” [3],

projetando uma forma de experiência cidadina que isola aqueles que se pensam como iguais em capital (econômico, social e cultural), dos percebidos como diferentes. Estes, muitas vezes moradores de áreas pobres [não apenas as favelas], são carregados de estereótipos negativos, que os concebem como coniventes com a violência e a criminalidade. Nessa linha de pensamento, os moradores de favelas vêm-se obrigados a realizar uma “limpeza simbólica” [4], através da qual pretendem diminuir os efeitos do estigma de cumplicidades com os criminosos que pesa contra eles. Em outras palavras, no âmbito de um espaço em que prevalece a força de agentes coordenadores de ações que ameaçam a integridade física e patrimonial, muitos dos moradores que convivem com essa “sociabilidade violenta” [4] precisam fazer o esforço de enfatizarem sua natureza pacífica de moradores, e de que não se distinguem dos moradores do “asfalto”.

Ressalta-se que o ponto principal da pesquisa não está voltado para o sentido de uma “cidade ideal”, ou de uma “cidade desejada”. Trata-se, na verdade, da capacidade de incorporar as recentes transformações ocorridas no cotidiano urbano carioca, que exige urgência na construção de um futuro menos ausente de atores no que tange à democratização da cidade. Caso contrário, permanecerá a factual configuração da segregação urbana que parece desencadear um conjunto de processos de reiteração da marginalização, na medida em que o isolamento sócio-cultural dos vulnerabilizados no mercado de trabalho produz tendências de desconexão da sociedade [5], uma vez que é verdadeira a lógica de reprodução das desigualdades segundo esses aspectos estruturais.

Pensar os novos desafios, portanto, é ultrapassar os limites da perspectiva de demarcação territorial, e analisar através de todos os contornos da segregação, que consiste, em última instância, em um olhar sobre o viés social, político e cultural, pois a concretização desse viés se fundamenta na distancia social, cuja consequência desintegradora é a constante tendência em [re]produzir uma série de “efeitos do lugar” [6], fato que se concentra particularmente dentro de um espaço de socialização tão importante como o da escola.

Referências

- 1 - CARVALHO, Maria Alice Rezende de (2000). “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In: C.Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; & Micael Herschmann (orgs), **Linguagens da Violência**, Rio de Janeiro, Rocco.
- 2 - PERALVA, Angelina. Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro, Paz e Terra, 2001.
- 3- CALDEIRA, T. R.Cidades de Muros, Editora 34, 2000.
- 4 – MACHADO DA SILVA, L. A. Vidas Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.
- 5 - RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (2007) – “Metrópoles, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional” . In: Luiz César de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior (orgs) – *As Metrópoles e a Questão Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Revan.
- 6- BOURDIEU, P. Miséria do Mundo, Vozes, 1997